

O PLANO NACIONAL DE TURISMO BRASILEIRO (2003-2022): UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AGENDA REGIONAL¹

Thiago José de Chaves
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
thiago.chaves@udesc.br

Leonardo Secchi
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
leonardo.secchi@udesc.br

RESUMO

O objetivo deste ensaio teórico é possibilitar um debate a respeito da estrutura do Plano Nacional de Turismo (PNT) ao longo da sua existência (2003-2022), seu percurso de elaboração, diretrizes, estratégias e as prioridades das suas agendas regionais. A partir das lentes do ciclo de política pública, especificamente da identificação da formação da agenda (KINGDON, 1984) com base no modelo de Fluxos Múltiplos foi possível evidenciar quais fluxos e quais direcionamentos a política pública de turismo nacional caminha. A partir da análise argumentativa do PNT, dos seus gargalos e das suas “janelas de oportunidades” ao longo dos anos (2003 a 2022), conclui-se que a maior mudança na agenda de política pública se encontra no alinhamento municipal com suas agendas regionais e nas convergências institucionais entre os municípios e os respectivos conselhos de turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Turismo; Ciclo de Políticas Públicas; Agendas de Políticas Públicas; Análise de Políticas Públicas.

THE BRAZILIAN TOURISM NATIONAL POLICY (2003 TO 2022): AN ANALYSIS OF THE FORMATION OF THE SUBNATIONAL REGIONAL AGENDA

ABSTRACT

The objective of this theoretical essay is to enable a debate about the structure of the National Tourism Plan (PNT) throughout its existence (2003-2022), its elaboration path, guidelines and

¹ Recepção: Jul/2021

Aprovação: Dez/2021

Publicação: Abr/2022

the consonances and priorities of its regional agendas. From the lenses of the public policy cycle, specifically the identification of the formation of the agenda (KINGDON, 1984) based on the Multiple Flows model, it was possible to show which flows and which directions in the national tourism public policy is moving forward. From the argumentative analysis of the PNT, its bottlenecks and its “windows of opportunity” over the years (2003 to 2022), it is concluded that the biggest change in the public policy agenda is found in the municipal alignment with its regional and regional agendas. institutional convergences between municipalities and tourism councils.

KEYWORDS: National Tourism Plan; Public Policy Cycle; Public Policy Agendas; Public Policy Analysis.

INTRODUÇÃO

Estudos relacionados ao turismo são multidisciplinares e, apesar de diversas abordagens em relação a aspectos como geografia, competitividade, entre outros, quando se trata de políticas públicas de turismo, o estado da arte, principalmente o brasileiro, apresenta certa escassez. Ou seja, uma necessidade de ampliação do debate a fim de se abordar as estratégias para corroborar o desenvolvimento deste setor (CALDAS, TINOCO, 2004; LOPES, TINOCO, SOUZA, 2011). Os estudos voltados para políticas públicas e segmentação do turismo geralmente são realizados por instituições governamentais, como o Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, 2007; CAMPOS, 2010).

Em paralelo a este cenário, as políticas públicas passam cada vez mais a compor suas arenas com diferentes estudos, insurgindo vários questionamentos, seja na esfera acadêmica ou na gestão governamental. No entanto, quando o objetivo da temática é o aprofundamento em relação ao seu desempenho, a avaliação fica aquém do esperado. Institui-se um grande abismo entre teoria e prática, já que poucas são as políticas públicas avaliadas efetivamente, desde seu planejamento até a execução e cumprimento de sua demanda.

A partir da análise do desenvolvimento da política pública de turismo no Brasil constatou-se que a grande dificuldade está na formação da sua agenda em nível municipal (CHAVES, 2021). Logo este artigo evidencia a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos a relevância da regionalização desta política pública em nível nacional, estadual e municipal.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As políticas públicas de turismo, de acordo com Beni (2008, p. 103) são norteadas “por três grandes condicionamentos: o cultural, o social, e o econômico”. Ou seja, observa-se com maior facilidade a consolidação do turismo como fio condutor do crescimento econômico e do desenvolvimento social regional.

Na compreensão do desenvolvimento de políticas públicas de turismo, o Governo Federal entende como “a participação, a socialização e a clareza dos objetivos, metas,

prioridades e diretrizes para a elaboração de programas e projetos, de modo que sejam integrados e alinhados com as demais políticas de desenvolvimento” (BRASIL, 2019a, p. 5).

Segundo Hall (2001), o setor público no turismo atua em um total de sete áreas, são elas: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimentos, incentivo, e ainda o desenvolvimento do turismo social e a proteção de interesses públicos. No nível local, algumas das atividades desenvolvidas diretamente pelo governo são a promoção, a prestação de informações aos visitantes, a elaboração de políticas, a gestão e desenvolvimento das atrações e da visitação, a criação de instâncias nas destinações e parcerias públicas privadas. (STEVENSON *et al*, 2008).

Conforme defendido por Elliot (1997, p. 2) somente o governo “(...) tem o poder para proporcionar a estabilidade política, a segurança e o quadro jurídico e financeiro que o turismo requer”. Segundo Hall (2001, p.184) “o governo ajuda a modelar a estrutura econômica para a indústria do turismo (...), ajuda a proporcionar a infraestrutura e atender as exigências educacionais para o turismo, cria o ambiente regulador”.

As ações relacionadas ao turismo também impactam outras áreas relevantes para a localidade, como transporte, segurança, meio-ambiente e economia. Estes impactos podem ser positivos ou negativos no destino (CRUZ, 2006). Neste sentido, cabe principalmente ao Estado fazer investimentos em infraestrutura e fazer a gestão de turismo em âmbito nacional. (NEBRA, TORRES, 2010) para que os impactos tanto econômicos quanto sociais sejam positivos.

Atualmente as políticas públicas de turismo são elaboradas e acompanhadas pelo MTur, todavia, nem sempre foi assim. Observa-se um crescimento tanto do setor quanto da importância da agenda a ele destinada em âmbito governamental municipal.

A primeira ação formal para o turismo Brasileiro ocorreu em 1934, por meio do Decreto nº 24.393, que estabelecia uma parceria entre Brasil e Argentina para estímulo ao turismo (BRASIL, 1934). Porém, o setor só ganhou uma estrutura administrativa de primeira grandeza no Governo Federal em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (BRASIL, 2003a).

De acordo com a Lei 10.683 (BRASIL 2003b), as competências do MTur passam a ser: (a) Política nacional de desenvolvimento do turismo; (b) Promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; (c) Estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas (d) Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo. (e) Gestão do Fundo Geral de turismo; (f) Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos; g) (revogada) pela Lei nº 13.341, de 2016); h) (revogada) pela Lei nº 13.341, de 2016).

Quadro 01: Histórico de documentos que mencionam agendas prioritárias para o turismo no Brasil (2003-2022).

DOCUMENTOS DA AGENDA POLÍTICA NACIONAL DO TURISMO BRASILEIRO	CONTEÚDO E DIRECIONAMENTOS
Medida provisória nº 103 (01/01/2003)	Criação do MTur que busca promover o turismo nacional, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar planos, programas de incentivo ao turismo.
Programa de Regionalização do Turismo (2004)	Foco regional, se constitui como uma das principais políticas para o desenvolvimento do turismo brasileiro.
Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas (2003/2007).	Buscou consolidar o Brasil como um destino turístico mundial.
Plano Nacional de Turismo: uma viagem de Inclusão (2007-2010)	Elencou uma série de estratégias para estimular o mercado interno do turismo.
Plano Nacional de Turismo (2010-2016)	Apresenta a regionalização como uma abordagem territorial e institucional para o planejamento.
Plano Nacional de Turismo (2018-2022)	Apresenta metas voltadas às vantagens competitivas da cadeia produtiva do turismo. Pela primeira vez anuncia o fator da garantia de segurança pública, como prioridade da agenda.

Fonte: Elaborado com base em Cruz (2000, 2005), Fonseca (2005), Dias (2008).

A partir do resumo elencado no Quadro 01, da relação histórica das prioridades da agenda de turismo relacionadas, torna-se evidente o envolvimento com as diretrizes de cada momento político-eleitoral vivido no país em âmbito federal. É significativo, por conseguinte, o caráter da prioridade estatal em consonância com outras agendas de políticas públicas e a consolidação do desenvolvimento turístico brasileiro a partir de suas regiões.

O principal documento que define as diretrizes e estratégias para a Política Nacional de Turismo, bem como ordena as ações do setor público e orienta o esforço do Estado para uso dos recursos públicos no desenvolvimento do setor é o Plano Nacional de Turismo (PNT) (BRASIL, 2018a; BRASIL, 2018b; BRASIL, 2018c). A última versão do Plano trata dos objetivos de 2018 a 2022, e “está fundamentado na descentralização das decisões e ações nos âmbitos estadual, regional e municipal” (BRASIL, 2018c, p. 4).

A partir da macro diretriz de política pública - versão de 2018 a 2022 - novamente, é delegado aos atores locais e suas regiões a responsabilidade de fazer sua implementação. Uma vez confirmado que o Plano Nacional é pautado via agenda nacional, é ratificada a expectativa de coordenação com as políticas estaduais e municipais, conforme é exposto na figura 01.

Figura 1 - Estrutura de coordenação do programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil.



Fonte: Plano Nacional de Turismo (Brasil, 2007; Brasil, 2019a).

Para garantir a vantagem competitiva do setor, o PNT 2018 - 2022, amplia as quatro metas globais, dos planos anteriores, e passa a vigorar estas: a) aumento da entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões; b) aumento da receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões; c) ampliação de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país; d) ampliação de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo, (BRASIL, 2018b; BRASIL 2018c).

Para alcançar estes números, foram redefinidas quatro diretrizes de atuação: (1) Fortalecimento da regionalização; (2) Melhoria da qualidade e competitividade; (3) Incentivo à inovação; (4) Promoção da sustentabilidade. As linhas de atuação, por sua vez, foram divididas em cinco pilares (BRASIL, 2018b): (1) Ordenamento, gestão e monitoramento; (2) Estruturação do turismo brasileiro; (3) Formalização e qualificação no turismo; (4) Incentivo ao turismo responsável; (5) Marketing e apoio à comercialização (BRASIL, 2018b).

A descentralização e a regionalização das políticas públicas de turismo foram temas de estudo e atuação do MTur desde sua criação em 2003, e são abordadas em todos os PNT desde então, por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Porém, a proposta de criação e formatação de produtos turísticos regionais não conseguiu êxito, pois necessitava articulação entre os agentes municipais relacionados ao turismo e os atores dos diversos segmentos turísticos no território (CAMPOS, 2010; TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

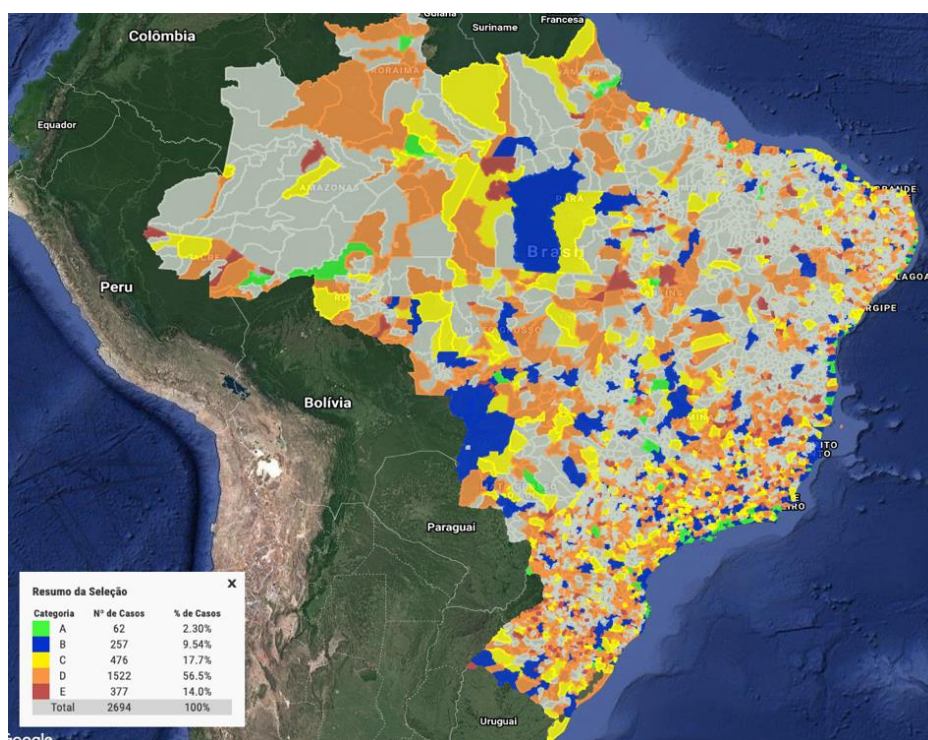
Apesar de todos os órgãos estaduais de turismo possuírem um conselho ou fórum estadual de turismo, a descentralização da política pública por meio da regionalização com suas instâncias de governança regionais ainda está aquém em relação a efetiva estrutura delineada

nas metas dos Planos Nacionais de Turismo (de 2003 a 2022) (CHAVES, 2021; BRASIL, 2007; BRASIL, 2019a).

Como estratégia para viabilizar as instâncias de governanças regionais dentro do Mapa do Turismo Brasileiro foi criada a categorização a partir da metodologia de clusterização (agrupamento), com critério estabelecido pela Portaria nº 144, de 27 de Agosto de 2015 (BRASIL, 2015b) com intuito de: “a) Otimizar a distribuição de recursos públicos; b) Orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios; c) Aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão; d) Auxiliar na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que é feita periodicamente; e) Auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional.”(BRASIL, 2015b, p. 1). A categorização é um instrumento inovador que aprimora a gestão pública do turismo no País e trata melhor os municípios conforme suas particularidades.

Segundo consta no mapa de categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro (Figura 02) apenas 2.694 dos 5.570 municípios brasileiros estão categorizados e alinhados com a política pública nacional de regionalização. Ou seja, em tese, aproximadamente metade dos municípios brasileiros estão consoantes com as diretrizes do PNT, com perspectiva de alinhamento dos instrumentos e estratégias da regionalização para o turismo brasileiro. As variáveis utilizadas na definição das categorias dos municípios que integram o mapa do turismo brasileiro são definidas pelo Anexo II da Portaria nº 144, de 27 de Agosto de 2015: “ I - número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego); II - número de empregos formais no setor de hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego); III - estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/Ministério do Turismo); e IV - estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/Ministério do Turismo).” (BRASIL, 2015b, p. 1)

Figura 2 - Mapa de categorização dos municípios das regiões turísticas brasileiras conforme Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015.



Fonte: Brasil (2015b; 2019)

O mapa acima permite perceber que, para mais da metade dos municípios brasileiros o turismo não é considerado uma prioridade estratégica para o desenvolvimento, o que dificulta o alinhamento da política pública nacional de regionalização turística. Também fica evidente que apenas 11,84% dos municípios estão na categoria A e B, que contempla qualitativamente as agendas regionais dos municípios.

Conforme prevê o PNT 2018-2022 “o processo de monitoramento e avaliação da Política Nacional de Turismo evidencia que poucos cumprem o seu papel de forma eficiente”. (BRASIL, 2018b, p. 67). Observa-se, logo, a necessidade de “mecanismos que propiciem a integração institucional”. Esta é uma preocupação latente na versão do PRT de 2019, que trabalha fortemente o quesito de “sensibilização dos atores” (BRASIL, 2018c).

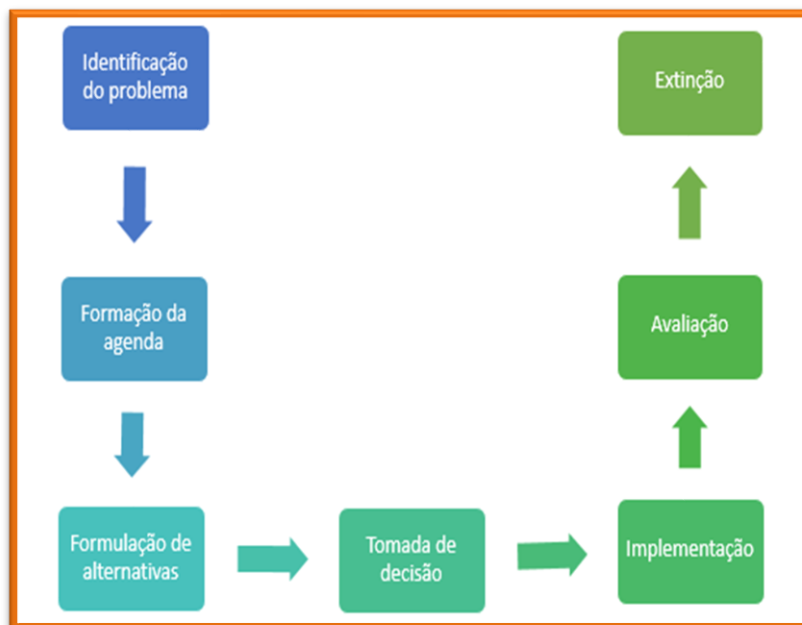
Neste sentido, Fridgen (1996) afirma que a responsabilidade pela criação de políticas públicas de turismo é de todos os níveis de governo, mas que outros atores, como associações de turismo comercial, grupos de marketing, *conventions and visitors bureaux*, também influenciam a diversidade de agendas de política de turismo elencadas de forma regional.

DA AGENDA DE POLÍTICA PÚBLICA

Para entender o caráter descentralizado da formação da política pública de turismo foi preciso compreender o ciclo de políticas públicas, em outras palavras, analisar “por que alguns problemas se tornam importantes para um governo? Como uma ideia se insere no conjunto de preocupações dos formuladores de políticas, transformando-se em uma política pública?” (CAPELLA, 2006, p. 25).

Esse processo é formado por quatro etapas: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a análise das alternativas para formular as políticas públicas; a escolha entre o conjunto de alternativas disponíveis; e a implementação da decisão (KINGDON, 1984; CAPELLA, 2006; CAPELLA, 2016). De forma ampliada para Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 35) o ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) é descrito em sete fases: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção (SECCHI, COELHO, PIRES, 2019, p. 35).

Figura 3 – Fases do ciclo de políticas públicas



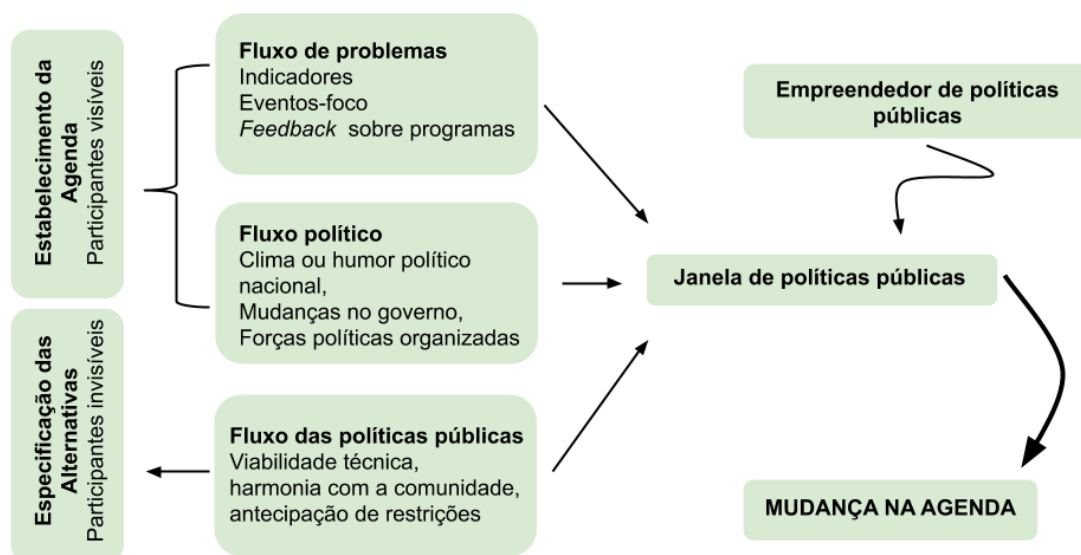
Fonte: Adaptado de Secchi, Coelho, Pires (2019).

A agenda, citada nos ciclos de políticas públicas, pode ser considerada como o conjunto de assuntos ou problemas para “os quais oficiais de governo e pessoas de fora do governo relacionadas a ele, estão prestando muita atenção em determinado momento” (KINGDON, 1984, p. 3). Este ensaio faz um recorte na análise do ciclo de política pública de turismo a partir do diagnóstico justificado da importância de consolidação da formação da agenda (KINGDON, 1984) para que a política pública de turismo regional ocorra no Brasil.

De acordo com Kingdon (1984), o desenvolvimento de uma agenda é influenciado por quatro fatores: o fluxo de problemas, o fluxo político, o fluxo das políticas públicas e o

empreendedor de políticas. Todos estes fatores atuam diretamente na janela de oportunidade de políticas públicas, o que acarreta mudança de agenda, conforme pode ser observado na figura que segue.

Figura 4 – Síntese do Modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon



Fonte: Elaborado a partir de Kingdon (1984)

O modelo proposto por Kingdon (1984; 1995) se destaca por sua lógica contingencial, que, permite, por consequência, abordagens de incerteza e condições de ambiguidade na análise do processo de desenvolvimento de agenda de uma política pública. Este cenário é adequado e propício para analisar a agenda regionalizada da política pública proposta pelo PNT (2003-2022), que é repleta destas abordagens e características ao longo dos seus momentos históricos. Para o autor, a mudança na agenda governamental resulta de uma combinação de fatores complexos, que pode ser traduzida em três dimensões, que são chamadas por Kingdon (1984) como fluxos ou *streams*.

Esses fluxos se desenvolvem de maneira relativamente independente e, quando analisados a partir do levantamento das fases, dos gargalos, das oportunidades e das soluções do PNT ao longo dos anos (2003 a 2022) é notório a dificuldade em torná-lo uma política pública efetiva, a partir de uma mudança necessária na agenda dos municípios brasileiros e das suas respectivas regiões.

O primeiro fluxo, chamado de fluxo de problemas, ou *problems stream* está relacionado à forma como uma questão é percebida. Nele estão os pontos identificados como problemas e que ocupam a agenda governamental. No caso do turismo de 2003 a 2021 é evidenciado um consenso: as dificuldades dos atores locais em compreender as prioridades e a relação de

alcance com as metas estratégicas traçadas pelo PNT, tal como implementá-las de acordo com suas regionalidades (CHAVES, 2021).

O segundo fluxo, conhecido como fluxo de soluções, ou *policy stream*, contempla o conjunto de soluções disponíveis para o problema em questão e sua viabilidade, o que é desenvolvido por especialistas. Capella (2006) destaca o posicionamento de Kingdon (1984) de que nem sempre as soluções e problemas são identificados e criados juntamente, podendo ocorrer tanto num processo de identificação do problema para depois acontecer a busca das soluções, ou num processo de elaboração de solução/inação, para depois haver acoplamento a um problema (SECCHI, COELHO, PIRES, 2019).

O alinhamento entre o desenho do PNT com a realidade dos 5570 municípios brasileiros esbarra nas necessidades de outras políticas públicas, de acordo com a prioridade de orçamento local, do retorno eleitoral e dos planos de metas de cada governo municipal. As questões presentes na agenda governamental (que atrai a atenção das pessoas dentro e fora do governo) não são “geradas aos pares, com problemas e soluções” (CAPELLA, 2006, p.33), mas justamente é isto que impede a sintonia entre os problemas regionais e as tão defendidas soluções nacionais vislumbradas no PNT.

Por fim, o terceiro fluxo, denominado fluxo político, ou *politics stream*, relaciona-se às mudanças na dinâmica política e na opinião pública. Ou seja, além do público geral, envolve o posicionamento de forças políticas organizadas e mudanças do próprio governo, como alterações estratégicas na estrutura ou gestão governamental (CAPELLA; GONÇALVES, 2018).

Este último fluxo integra de forma mais plena o desenvolvimento e avanço de acordo com as diretrizes traçadas pelo PNT, uma vez que quando o clima político é favorável e alinhado (federal, estadual, municipal) conjuntamente com forças políticas organizadas, é evidenciado uma possível consolidação da agenda conjunta de políticas públicas de turismo regional.

Esses três fluxos, que podem ser resumidos em problemas, soluções e dinâmica política, podem convergir em alguns momentos. Ou seja, o problema é identificado, uma alternativa está disponível e a situação possibilita mudança devido às condições políticas do momento. Nestas situações é criada uma possibilidade real de mudança na agenda política, o que é chamado de janela de oportunidade ou *policy windows* (CAPELLA, 2006). O melhor momento para as mudanças na agenda, de acordo com Kingdon (1995) e Capella (2006) é o início de um novo governo. Outros momentos, porém, também propiciam mudanças, mas requerem influência de mais itens.

De acordo com Kingdon (1984, p.165), uma janela de oportunidade se refere a “uma oportunidade para defensores de propostas de empurrar suas soluções ‘de estimação’, ou para chamar a atenção aos seus problemas especiais”². Neste sentido, as soluções devem ser defendidas por um longo período antes que uma oportunidade de curto prazo se apresente na

² Do original: A “policy window” refers to “an opportunity for advocates of proposals to push their pet solutions, or to push attention to their special problems”.

agenda (KINGDON, 1995). Não à toa, Kingdon (1984, p. 165) alerta que as janelas de oportunidades ocorrem, principalmente, pelo fluxo de problemas e pelo fluxo político.

O modelo de Kingdon ainda defende que alguns atores visíveis influenciam a agenda do governo, ou seja, recebem atenção estratégica da imprensa e do público. Ao passo que outros atores invisíveis têm maior impacto na definição das soluções. Estes estabelecem o que é chamado de *policy communities*, ou seja, comunidades que geram ideias e as colocam em circulação (CAPELLA, 2006).

CONCLUSÃO: POR UMA AGENDA DE POLÍTICA PÚBLICA REGIONAL AMPLIADA

Neste sentido, os diversos atores envolvidos no processo de definição de agenda política têm diferentes pesos nesta decisão. Em âmbito nacional, se para Kingdon (1984), o presidente é considerado o ator com mais força política, no PNT se percebe a relevância do Ministério do Turismo e seus órgãos, sobretudo da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), como diferencial na atuação baseado em documentos históricos e suas respectivas agendas prioritárias para o turismo no Brasil (2003-2022).

Em suma as “janelas de oportunidade” que estão delineadas no contexto da política pública do PNT é, sem dúvida, a necessidade de ampliar o número de municípios que atendam aos critérios não apenas quantitativos, mas sobretudo qualitativos de indicadores e de metas estratégicas do plano nacional. Se a “mudança surge quando um novo problema atrair a atenção do governo (por meio de indicadores, eventos ou feedback)” (CAPELLA, 2006, p.30), este problema já está mais do que evidenciado, é preciso tornar a mudança na agenda uma realidade. Assim, quando as mudanças são introduzidas a partir da dinâmica política (CAPELLA, 2006), fica evidente a necessidade de uma mudança na agenda dos governos municipais, que atendam o desenvolvimento do turismo, em consonância com o Plano Nacional de Turismo e da efetivação da Política Nacional de Turismo, instituída pela Lei nº 11.771/2008 (BRASIL, 2008).

Se de um lado, o PNT 2018-2022 instiga a ampliação do número de instâncias de governança regionais e solicita o seu funcionamento efetivo; de outro urge-se por uma mudança na agenda de política pública municipal alinhada ao governo federal. É preciso que haja convergências institucionais entre os municípios e os conselhos municipais de turismo, para atuarem de forma articulada e direcionada na formulação de políticas públicas concretas e redistributivas para a sua regionalidade.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. 13ª ed. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 24.393, de 13 de junho de 1934.** Promulga o Convênio entre o Brasil e Argentina para o fomento do turismo. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933. 1934. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24393-13-junho-1934-551460-publicacaooriginal-67976-pe.html>>. Acesso em: 20 jul.2020.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003b.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm>. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003a.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 06 jul.2019.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Anuário estatístico de turismo 2018:** ano base 2017. 1. ed. Brasília, DF, v. 45, jul., 2018a.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Índice de competitividade do turismo nacional:** destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2015a. Brasília, DF: Ministério do turismo, 2015. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Relatorio_Brasil_2015_WEB.pdf. Acesso em: 9 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Institucionalização da instância de governança regional:** modulo operacional 3. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. (Roteiro do Brasil: Programa de

regionalização do Turismo). Disponível em:
http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Ministério do turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília: 2019. Disponível em:
<<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do turismo. **Plano nacional de turismo - 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília, 2018c. Disponível em:
http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil: 2013-2016**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em:
http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **PNT em ação**. Brasília, DF, 1 ago. 2018b. Disponível em:
<http://antigo.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/11735-pnt-em-a-%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do turismo. **Regionalização: sensibilização e mobilização**. Brasília: Ministério do turismo, 2019a. Disponível em:
http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262 Acesso em: 25 de Julho de 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 144, De 27 de Agosto de 2015**. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília, DF: Ministério do Turismo / Gabinete do Ministro, 2015b. Disponível em:
https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32425048/. Acesso em: 5 jun. 2021.

CALDAS M. P.; TINOCO, T. Pesquisa em gestão de recursos humanos nos anos 1990: um estudo bibliométrico. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 3, p. 100-114, 2004.

CAMPOS, S. S. **Segmentação do turismo e mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://grupootium.files.wordpress.com/2011/07/suzana-campos-completo.pdf>. Acesso em: 2 maio 2020.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; GONÇALVES, Felipe. Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas. **Revista Compolítica**, v. 8, n.1, 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**. São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1. sem. de 2006.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, Edição Especial, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul. 2016.

CHAVES, Thiago José De. **Coalizões de defesa do turismo de Florianópolis e suas estratégias de ação coletiva na formação de políticas públicas**. 2021. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2021.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. LEMOS, Amalia Inés Geraiges de, ARROYO, Mónica, SILVEIRA, María Laura. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, dez, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. In: **Geosul, Florianópolis**, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. Atlas, São Paulo, 2008.

ELLIOT, James. **Tourism: politics and public sector management**. Routledge, London, 1997.

- FONSECA, M. A. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Edufrn, Natal. 2005.
- FRIDGEN, Joseph. **Dimensions of tourism**. East Lansing, Michigan: Institute of the American Hotel e Motel Association. 1996.
- HALL. C. M. **Planejamento Turístico Políticas, Processos e Relacionamentos**. Editora: Contexto, 2001.
- KINGDON, J. W. Agenda setting. In: THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. (Org.). **Public policy: the essential readings**. Cap. 13, p. 105-113. New Jersey, USA: Prentice Hall, 1995.
- KINGDON, J. W. **Agenda, Alternatives, and Public Policies**. Boston: Little, Brown, 1984.
- LOPES, A. O. B.; TINOCO, D. D. S.; SOUZA, L. M. Avaliação de políticas públicas de turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo. **Turismo em Análise**, v. 22, n. 3, art. 7, p. 614-631, 2011.
- NEBRA, A. R. P.; TORRES, C. V. Medindo a imagem do destino turístico: uma pesquisa baseada na teoria de resposta ao item. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 1, art. 5, p. 80-99, jan./fev., 2010. DOI:10.1590/S1415-65552010000100006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/40892840_Medindo_a_Imagem_do_Destino_Turistico_uma_Pesquisa_Baseada_na_Teoria_de_Resposta_ao_Item. Acesso em: 1 jul. 2020.
- SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando S., PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.
- SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP** — Rio de Janeiro, v. 43, n.2, p. 347-69, mar./abr. 2009
- STEVENSON. Nancy; AIREY, David; MILLER, Graham. Tourism Policy Making: the policymakers' perspectives. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 3, p. 732–750, 2008.
- TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política Nacional de turismo no Brasil: da Municipalização à Regionalização. In: **Book of Proceedings**. v. I. International Conference on Tourism & Management Studies. Algarve, 2011.